

Na “Década do PS” continua a penalização aos trabalhadores da administração pública e o ataque às funções sociais do Estado

O anúncio das medidas do PS, «Uma década para Portugal», confirma os piores receios, mantém na indefinição áreas sobre as quais se exige uma ruptura com o passado e não resolve os problemas dos trabalhadores da Administração Pública: continuam as medidas assentes na desvalorização dos salários, do trabalho e dos serviços públicos e de descapitalização da Segurança Social.

Na apresentação do que será a base do seu programa eleitoral, o PS pretende continuar os cortes salariais na Administração Pública (aliás, iniciados por este partido). A proposta é que a devolução integral dos salários aconteça, apenas, em 2017 (40% por ano). Ou seja, os salários continuam a ser roubados e, mais grave, mantém o congelamento das progressões impedindo o desenvolvimento nas carreiras até 2018. Os trabalhadores da Administração Pública não podem aceitar mais medidas de esbulho e de responsabilização por uma crise que não provocaram.

Também na Segurança Social as propostas de redução da Taxa Social Única até 4 pontos percentuais, quer na parte do trabalhador, quer na parte da entidade patronal, é uma séria ameaça à sustentabilidade do sistema público e universal da Segurança Social, e, a concretizarem-se, levarão certamente à sua privatização. Nesta sequência, o PS apresenta ainda mais um corte entre 1,25% e 2,6% nas pensões que serão pagas a partir de 2027 para financiar a descida da TSU pondo em causa o futuro de milhares de trabalhadores e desvalorizando as aposentações e a sua longa vida contributiva.

Sobre o horário semanal de 35 horas, o PS nada diz, revelando, desde logo, que os sinais que vinha dando, provavelmente nunca passarão disso mesmo. Não existe, ao mesmo tempo qualquer sinal de desagramento dos horários de trabalho em situações profissionais específicas, nas quais a existência de uma enorme sobrecarga tem reduzido as condições de exercício profissional necessárias à prestação de serviços públicos de qualidade.

Em relação ao emprego, as propostas avançadas não passam de mais do que meras declarações de intenção, não concretizando uma única medida que ponha termo à perpetuação dos contratos de trabalho a termo e garanta a passagem de dezenas de milhar de trabalhadores que, satisfazendo necessidades permanentes dos serviços públicos, se perpetuam na mais inadmissível precariedade, ao contrário do que se encontra, aliás, previsto no direito comunitário a que Portugal está obrigado, apesar de em incumprimento, desde 1999.

Em relação aos salários, não só não repõe as importâncias roubadas aos trabalhadores nos últimos 4 anos como as medidas que apresenta clarificam a sua colagem à política seguida por PSD e CDS-PP: alargamento da tabela salarial única a todas as carreiras sem garantias de manutenção dos desenvolvimentos salariais previstos em cada carreira profissional e não explicitação do que pretende com a consideração da progressão salarial como mecanismo de eficiência promotor do mérito individual.

Os trabalhadores rejeitam medidas que sirvam de mera operação de cosmética, em tudo iguais às do Governo, diferentes apenas nos prazos de execução e exigem uma ruptura efectiva com as políticas de direita. Medidas de valorização dos salários e pensões, de aumentos salariais, reposição dos montantes roubados, reposição das 35 horas de trabalho, medidas de justiça e igualdade social.

FCSAP